

PRÁTICAS  
EDUCATIVAS:  
EDUCAÇÃO  
ESCOLAR E  
NÃO ESCOLAR

## Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

---

### *Editora Executiva*

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

### *Conselho Editorial Educação Nacional*

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

### *Conselho Editorial Educação Internacional*

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes  
Marlúcia Menezes de Paiva  
Maria Inês Sucupira Stamatto  
(organizadores)

PRÁTICAS  
EDUCATIVAS:  
EDUCAÇÃO  
ESCOLAR E  
NÃO ESCOLAR



MERCADO®  
LETRAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Práticas educativas : educação escolar e não escolar / Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes, Marlúcia Menezes de Paiva, Maria Inês Sucupira Stamatto , (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2016. – (*Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador*)

Vários autores

Bibliografia

ISBN 978-85-7591-457-1

1. Alfabetização 2. Educação –Finalidades e objetivos 3. Educação básica 4. Educação escolar 5. Interdisciplinaridade na educação 6. Prática de ensino 7. Professores – Formação profissional I. Menezes, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. II. Paiva, Marlúcia Menezes de. III. Stamatto, Maria Inês Sucupira. IV. Série.

16-09123

CDD-370.71

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Práticas educativas : Formação docente : Educação 370.71

apoio institucional:

PPGED/Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide

*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-letras.com.br](http://www.mercado-de-letras.com.br)

[livros@mercado-de-letras.com.br](mailto:livros@mercado-de-letras.com.br)

1ª edição

**2016**

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução parcial ou total  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

## SUMARIO

APRESENTAÇÃO . . . . . 9

Introdução

EDUCAÇÃO ESCOLAR E NÃO ESCOLAR –  
REFLEXÕES A CONSIDERAR . . . . . 11

### PRÁTICAS ESCOLARES

#### **capítulo 1**

EDUCAÇÃO E HIGIENE MENTAL: AS MATRIZES DA  
NORMALIZAÇÃO DA CRIANÇA E O SIGNIFICADO  
BIOPOLÍTICO . . . . . 25

*Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes*

#### capítulo 2

MATRIZES DA HIGIENE MENTAL ESCOLAR NO  
RIO GRANDE DO NORTE: A APROPRIAÇÃO DE LUIZ  
ANTONIO DOS SANTOS LIMA DA TERMINOLOGIA  
DE ÈDOUARD CLAPARÈDE . . . . . 43

*Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes e  
Juliana da Rocha e Silva*

### **capítulo 3**

A ALFABETIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE –  
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX. . . . . 63

*Maria Arisnete Câmara de Moraes,*  
*Janaina Silva de Moraes e*  
*Nanael Simão de Araújo*

### **capítulo 4**

SEMEANDO SONHOS DE JUVENTUDE –  
A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E O  
ENSINO DE HISTÓRIA . . . . . 89

*José Olivenor Souza Chave e*  
*Maria Inês Sucupira Stamatto*

### **capítulo 5**

EDUCAÇÃO NA ITINERÂNCIA:  
PERCURSOS TRILHADOS NA ESCOLARIZAÇÃO  
DE CRIANÇAS CIGANAS NO RN . . . . . 115

*Flávio José de Oliveira Silva e*  
*Marlúcia Menezes de Paiva*

## PRÁTICAS NÃO ESCOLARES

### **capítulo 6**

TRADIÇÃO CULTURAL, DIVERSIDADE  
E INTERCULTURALIDADE; POR UMA  
PEDAGOGIA DO FUXICO. . . . . 137

*Miguel Almir Lima de Araújo e*  
*Walter Pinheiro Barbosa Júnior*

### **capítulo 7**

A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA INDÍGENA  
NO PROCESSO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA  
DOS POTIGUARA DA PARAÍBA . . . . . 161

*José Mateus do Nascimento e*  
*Marlúcia Menezes de Paiva*

**capítulo 8**

CLASSES HOSPITALARES: À ESCUTA DE  
PROFESSORAS SOBRE SUAS APRENDIZAGENS  
NO “CHÃO DO HOSPITAL” . . . . . 179

*Maria da Conceição Passeggi,  
Roberta Ceres A. M. de Oliveira e  
Simone Maria da Rocha*

**capítulo 9**

ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DE BOAS MOÇAS:  
REGISTROS DO JORNAL O CATEQUISTA E DO JORNAL  
O LAVRADOR . . . . . 199

*Zuleide Fernandes de Queiroz*

**capítulo 10**

COMO CULTIVAR A “FLOR HUMANA”?:  
O EXEMPLO QUE VEM DA VIZINHA ARGENTINA. . . . . 217

*Heloísa Helena Pimenta Rocha*

SOBRE OS AUTORES. . . . . 241



## APRESENTAÇÃO

Este livro, que ora apresentamos, congrega estudos e pesquisas de grupos de pesquisadores que compõem a Linha de Pesquisa Educação, Estudos Sócio-históricos e Filosóficos do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd, da UFRN. O grupo é composto por 06 professores e 07 doutorandos que pesquisam essa área. Temos 03 professores convidados, parceiros de nossos trabalhos; um da Unicamp/SP, outro da URCA/CE e o terceiro da Universidade Aberta de Lisboa/PT.

Elegemos as práticas educativas formais e não formais como tema aglutinador dos trabalhos. Entendemos que ao lado das práticas educativas formais, na atualidade, as práticas educativas que se desenvolvem fora dos muros da escola estão se multiplicando e assumindo facetas variáveis e multidisciplinares, impulsionadoras do processo formativo da cidadania no mundo contemporâneo. É inquestionável o papel educativo e formativo dos movimentos sociais e comunitários, entre outros, que desenvolvem práticas educativas que não adotam estritamente as normas e regras da escola. Estamos, portanto, pesquisando uma área que ainda precisa ser mais explorada.

Os estudos, que apresentam múltiplas abordagens, embora com o fio condutor de práticas formais e não formais, contam com a presença de doutorandos e mestrandos do PPGEd, destacando,

assim, a ligação embrionária existente entre orientadores e orientandos, evidenciando a dinâmica e a importância da pesquisa para o fortalecimento da pós-graduação. Portanto, as múltiplas abordagens temáticas e metodológicas, todas, guardam entre si a especificidade de apresentarem práticas que ocorrem em espaços considerados educativos.

É necessário que explicitemos que entendemos práticas educativas como atividades que apresentam interação entre pessoas, objetos, locais, que refletem em diferentes momentos e espaços uma troca mútua que implica na construção do conhecimento.

Por último, queremos destacar a importância da leitura deste livro para os interessados nos estudos e práticas educativas formais e não formais, mas também para todos os que constituem a comunidade acadêmica. Os temas apresentados divulgam pesquisas realizadas que são importantes para a socialização do conhecimento.

## **Introdução**

# **EDUCAÇÃO ESCOLAR E NÃO-ESCOLAR – REFLEXÕES A CONSIDERAR**

*Maria Inês Sucupira Stamatto*

*Marlúcia Menezes de Paiva*

*Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes*

Foi a partir de reflexões sobre *Educação Escolar e Não-Escolar* que organizamos este livro.

O que caracteriza a *Educação Não-Escolar*? Ao nos debruçarmos na literatura da área, é comum encontramos a definição de uma por oposição à outra. Rolando N. Pinto Contreras (1983, p.25) ressalta que “a tendência de quase todas as publicações e os estudos sobre o conceito e as características da educação não-formal, são distinções alternativas e opostas que se fazem da chamada educação formal”. Conclui o autor: “desta maneira, a *educação não-formal* é a negação da *educação formal*” (1983, p. 25).

Outras vezes, encontramos terminologia diferentes referendando educação realizada extramuros da escola. Esses termos como *Educação Formal*, *Educação Informal*, *Educação Não-Formal*, *Ensino Aberto*, *Educação Popular* fazem referência

a Educação Escolar e Não-Escolar com outra nomenclatura ou são formas diferentes de educação?

Encontramos como definição de *Ensino Aberto*: “escola alternativa ou contra-escola – designam formas de escola e de ensino que se concentram em oposição relativamente grande ao sistema de ensino até agora usual em países industrializados” (Brunner e Zeltner 1994, p. 97). Os autores citados explicam que este tipo de escola “se desenvolve em íntima relação com a rejeição das condições reinantes nos países industrializados modernos” e citam como exemplos Summerhill (Neill 1965), as escolas livres de Waldorf<sup>1</sup> na República Federal Alemã e as escolas de Montessori.

Todavia, percebemos que qualquer que seja a forma da proposta de Ensino Aberto continua-se na organização escolar, ou seja, a escola é diferente, mas ainda se estrutura como escola. Assim, seria uma forma de educação escolar.

No mesmo sentido, Roberto Balallai (1983, p. 2) chama atenção para “algumas experiências de educação não-formal institucionalizadas, ou seja, levadas a termo por organismos oficiais ou oficializados”, como, por exemplo, os cursos livres, o ensino por correspondência, e a educação à distância. O autor também faz diferenciação entre educação não-formal e educação assistemática, incluindo nessa última “aquela que se efetua através de meios sociais que transmitem também um saber, como a TV, o rádio, o cinema, a imprensa etc.” (1983, p. 2).

Desta forma, Roberto Balallai (1983, p. 3) conceitua, por sua vez, com uma definição mais abrangente, a educação não-formal como “a ação planejada e sistemática, independente da legitimação oficial e que aproveita sobretudo um saber não convencional, diferente daquele adotado pela escola formal ou pelas experiências institucionalizadas da educação não-formal”.

---

1. Escolas particulares fundadas por R. Steiner cujo nome advém da primeira deste tipo fundada em Stuttgart em 1919 em uma escola profissional da fábrica de cigarros Waldorf-Astoria (Brunner 1994, p. 106).

Já para Rolando Pinto Contreras o conceito de educação não-formal é:

[...] uma modalidade do processo educação/organização popular que tem como particularidade procurar que os grupos ou subgrupos populares se organizem a partir da busca de soluções imediatas a seus problemas e necessidades e procurar que, através de uma participação autogestionada, esses grupos vão adquirindo os instrumentos produtivos e sociais que lhe permitam elevar e melhorar sua qualidade de vida. (1983, p. 34)

Neste caso, a educação não-formal ficaria restrita aos grupos populares, vulneráveis ou marginalizados ou discriminados socialmente. Ainda aponta-se a possibilidade de tornarem-se mais assistencialistas ou filantrópicas que práticas educativas não-escolares sociais.

Há igualmente a probabilidade de se considerar como educação não-escolar àquela que faz um complemento ou uma compensação à educação escolar deficitária ou ausente.

Além disso, Eliana Moura e Dinora Tereza Zuchetti nos chamam atenção para o fato de cada vez mais, ao longo das últimas décadas, a gestão de projetos de educação não-escolar vem sendo realizada por entidades do chamado Terceiro setor ou por Organizações Não governamentais, e mesmo pela presença do Estado, por meio de um aparato burocrático, mas que se constituiriam “em práticas formais de educação, ainda que situadas fora do contexto escolar” (2006, p. 230). Por esta razão, as autoras preferem o termo Educação não-escolar

[...] para distinguir todas as práticas educativas que ocorrem no campo social daquelas que ocorrem no interior da escola. Entendemos que a nomeação ‘escolar’ e ‘não escolar’ permite-nos referenciar a educação mais pelas suas práticas

pedagógicas [...] do que pela ênfase nos sujeitos a elas afetos. A partir desta distinção primeira e mais geral, pode-se acolher a expressão ‘formal’ para designar qualquer tipo de prática educativa que, a despeito de situar-se ou não, no espaço escolar, seja desenvolvida segundo marcadores ‘institucionalmente legitimados, tais como legislações, metas, tempos, princípios, obrigatoriedade, entre outros. (2006, p. 231)

Aqui contamos com a explicação já clássica de Maria da Glória Gohn (2008, p. 127) sobre os tipos de Educação em relação à formalidade:

Considera-se que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio, podem-se demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal, como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a Educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida, ia os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

Buscando fazer uma síntese a partir dos conceitos encontrados, e ao que parece, não conflitantes, podemos utilizar a classificação: *Educação Escolar* – reporta-se a ação educativa na instituição escolar ou no sistema de educação; *Educação Não-escolar* – refere-se às ações educativas extraescolares, podendo abranger a *Educação Informal* – a socialização do indivíduo; a *Educação Não-formal* – múltiplas experiências educativas organizadas a partir de grupos sociais específicos, não institucionalizadas mas sistemáticas; a *Educação Não-formal* institucionalizada – experiências educativas realizadas fora da escola porém a partir de alguma organização institucional.

Podemos ainda nos questionar se na educação informal não há intencionalidade na ação educativa, e se dentro dos muros escolares não há formas de educação não-formal?

A partir destas reflexões, o livro foi organizado em duas partes: práticas escolares e práticas não-escolares. Na primeira parte, o conjunto de cinco capítulos traz experiências da educação formal escolar. Assim, os dois primeiros capítulos analisam o movimento surgido na sociedade brasileira dos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, o higienismo, que adentrando os muros escolares, tornou-se um elemento organizador do espaço escolar e foco do processo de ensino.

O texto de Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes, “Educação e Higiene Mental: as Matrizes da Normalização da criança e o Significado Biopolítico” teve por horizonte temático a influência do movimento higienista na educação, em específico, da Higiene Mental na concepção da criança na década de 1920 no Brasil. Investigou a relação da educação com o movimento higienista no âmbito da configuração histórica dos princípios da pedagogia moderna, da proposta de uma formação integral – física, intelectual e moral – da criança e da construção de um modelo científico de infância que passou a ser objeto de dispositivos médicos-biológicos a partir da Higiene Mental. Analisou a relação entre esta última e a ordem social, através do movimento de normalização da criança pelas práticas pedagógicas, na produção dos dispositivos de poder-saber como forma de apreensão e conhecimento do ser vivo simultâneo a sua produção social. Investigou a superposição dos saberes da Higiene Mental e da Ciência da Educação no modo de apreensão e conhecimento da criança pelas práticas normalizadoras do corpo e da subjetividade na sua conformação como sujeito social. Examinou a literatura da época e tem por objetivo mostrar como a Higiene Mental configura uma matriz biopolítica no campo da educação.

O estudo “Matrizes da Higiene Mental escolar no Rio Grande do Norte”, Antônio de Basílio Novaes Thomaz de Menezes e Juliana

da Rocha e Silva tal como enunciado no título tratou da apropriação pelo médico e educador norte-rio-grandense Luiz Antônio dos Santos Lima (1890-1961) da terminologia de Édouard Claparède (1873-1940). Analisou a tese de doutoramento “Hygiene Mental e Educação”, escrita por Lima como requisito para a conclusão do curso de Medicina em 1927, e também o livro “A escola sob medida” (1920), de Claparède. Assinalou, a partir do referencial de Michel Foucault e George Canguilhem, o quadro histórico e epistêmico da apropriação das noções de *ensino sob medida* e *educação completa*. Relacionou os pensamentos do brasileiro e do europeu naquilo que os fundamenta: o entendimento que têm sobre a criança, o professor, o médico e o papel da infância. E identificou as apropriações que Lima fez da teoria educacional de Claparède, salientando o papel da Higiene Mental desempenhado no âmbito da educação escolar, voltada para o desenvolvimento da criança escolarizada.

O mesmo processo ocorreu com a alfabetização, tema do terceiro capítulo, movimento social que nasceu como campanha de alfabetização nas primeiras décadas do século XX no país, e que passaria a acionar a criação de escolas de alfabetização e acirrar os debates em torno de métodos de ensino. Maria Arisnete Câmara de Moraes, Janaina Silva de Moraes e Nanael Simão de Araújo em “A alfabetização no Rio Grande do Norte – primeiras décadas do século XX”, analisaram aspectos da alfabetização, com ênfase no ensino da leitura e da escrita nos Grupos Escolares durante as primeiras décadas do século XX. A Cruzada Nacional de Educação alicerçava um discurso que incentivava o aumento das escolas no Brasil e denunciava que o combate ao analfabetismo deveria ser “Uma Campanha de Interesse Nacional”.

Fundamentaram o estudo na História Cultural, que permite analisar as realidades históricas e os modos diferenciados de apropriação da leitura e da escrita configurados na construção do contexto. A análise permitiu o aprofundamento das ideias circulantes no contexto em estudo e a compreensão do valor cultural da escrita e da leitura, eram preceitos voltados para a formação do

cidadão republicano. Os Diários de Classe, enquanto instrumento de pesquisa, revelaram a narrativa do cotidiano escolar e os ensinamentos da leitura e da escrita como indícios das maneiras de educar as crianças naquela época.

O texto seguinte visou outro segmento populacional, os jovens que aportam atualmente na escola com sua *cultura jovem*, mediática e global, aprendida na informalidade da vida, na ‘escola da rua’ e que as instituições escolares precisam lidar com este conhecimento. No caso da disciplina História, como trabalhar em mundo globalizado com a história local e informacional?

A pesquisa “Semeando Sonhos de Juventude, a Escola de Ensino Médio e o Ensino de História”, de José Olivenor Souza Chaves e Maria Inês Sucupira Stamatto, abordou alguns aspectos característicos do comportamento da juventude na sociedade contemporânea. A partir da experiência de professores de História da região do Baixo Jaguaribe, no Ceará, ressaltou a importância do ensino e da pesquisa da História local. Através deste modelo de abordagem, refletiu-se sobre como, professores e alunos do Ensino Médio, transformaram temáticas socioculturais em matéria de estudo e pesquisa, visando à construção das noções de sujeito histórico e de cidadania, de ética e solidariedade.

Finalizando este bloco, o capítulo “Educação na Itinerância: Percursos Trilhados na escolarização de crianças ciganas no RN” apresenta as dificuldades da escola em incluir em seu cotidiano grupos sociais com identidade própria, como o caso dos ciganos. Aqui, outra vez, a instituição escolar ao receber crianças ciganas com formação feita na informalidade da vida tem dificuldades em acolher e lidar com estas crianças. Para os autores Flávio José de Oliveira Silva e Marlúcia Menezes de Paiva “é preciso considerar que a tarefa dada à escola como possibilidade de enfrentamento da problemática da diversidade cultural como tema transversal é fator limitante”.

O debate sobre o tema da diversidade cultural por quase todo o século XX esteve ausente das salas de aula e os novos estudos

evidenciam que a escola, enquanto agência socializadora, pode reforçar as assimetrias raciais presentes na sociedade e atuar como difusora do preconceito e da discriminação. Assim, é necessário pensar uma escola que forme indivíduos para atuar como atores que ensinam e aprendem a respeitar as garantias de direitos e liberdades do outro, a defesa dos interesses coletivos e os valores sociais. O texto proporciona reflexões acerca dos desafios de vivenciar no espaço da escola, questões relativas à diversidade cultural, ao trabalho educativo com sujeitos itinerantes que historicamente estiveram excluídos das salas de aula do país. Além disso, propõe-se construir referências para possíveis mudanças, contribuindo para o enfrentamento ao preconceito e na construção de uma educação de qualidade social: oportunizando o debate para melhor compreender as relações étnico-raciais e a diversidade do país.

A segunda parte, igualmente com cinco capítulos, leva a discussão para as experiências não-escolares. Assim, *os acervos das tradições culturais desses rincões sertânicos* constituem o objeto do sexto capítulo, apontando para a importância das práticas educativas não-escolares. Para os autores Miguel Almir Lima de Araújo e Walter Pinheiro Barbosa Júnior “Somos diversos, diferentes, mas somos também semelhantes na condição de sermos e de co-pertencermos à mesma raça humana”. Em “Tradição Cultural, Diversidade e Interculturalidade; Por Uma *Pedagogia Do Fuxico*” utilizando a imagem do Fuxico - teia formada por retalhos de tecidos entrelaçados com sua estampania multicolor – como uma metáfora, apresentam a vivacidade mestiça da cultura dos povos sertânicos.

“Nessa perspectiva, os acervos das tradições culturais desses rincões sertânicos se constituem como fontes primordiais que devem inspirar e dar cromaticidade às ações do educar nesses contextos realçando nos indivíduos o senso de pertencimento a um grupo, a uma comunidade”. Realçam, então, a significância da educação não-escolar, não-formal, não institucionalizada.

Continuando nesta mesma linha, o texto “A Educação da criança indígena no processo de Emergência Étnica dos Potiguaras

da Paraíba”, de José Mateus do Nascimento e Marlúcia Menezes de Paiva, aborda a formação da criança Potiguara, a partir das experiências da vida, da educação informal. Neste sentido, as dimensões formativas dos curumins são ampliadas por uma pedagogia existencial que considera múltiplas as possibilidades de aprendizagem.

Segundo os autores, no projeto de etnicidade, a infância torna-se fator essencial. Ela é convidada a protagonizar as práticas, a continuar construindo a sua própria história. Através de uma pedagogia vivencial, a infância indígena é iniciada nos rituais e nas tradições da aldeia por seus genitores e familiares, principalmente, pelas mães, tias e avós. As crianças aprendem pela experiência, participando dos eventos junto com os adultos.

Ainda na discussão sobre *educação ao longo da vida*, o texto intitulado “Classes Hospitalares: à escuta de professoras sobre suas aprendizagens no *Chão do Hospital*”, trata das noções de aprendizagens formais, não formais e informais, para então centrar “na análise dos dados empíricos, ancorada na noção de *aprendizagem biográfica*”.

Com base em narrativas autobiográficas (orais e escritas), as autoras Maria da Conceição Passeggi, Roberta Ceres Antunes Medeiros de Oliveira e Simone Maria da Rocha abordaram os desafios enfrentados por cinco professoras de classes hospitalares em suas atividades pedagógicas cotidianas com crianças hospitalizadas com doenças crônicas. Discutiram, em seguida, as noções de aprendizagens formais, não formais e informais, e especialmente a noção de *aprendizagem biográfica*, conceito que ajudou a melhor compreender o que se designa, atualmente, por *educação ao longo da vida*. O objetivo do texto foi dar visibilidade às aprendizagens que fazem as professoras no “chão do hospital” como forma de superar a ausência de uma formação específica para docência fora da escola regular. O interesse foi o de chamar a atenção para a necessidade de pesquisas nessa área que fundamentem políticas de

formação docente que atente para essa especificidade na formação inicial e/ou continuada de professores.

Pensando em a educação como *prática educativa intencional não formal*, o capítulo “Orientações para formação de boas moças: registros do jornal o Catequista e do jornal o Lavrador”, de Zuleide Fernandes de Queiroz nos apresenta a disseminação das concepções católicas, para a educação das mulheres e trabalhadores, via imprensa, especificamente os jornais.

A experiência em trabalhar com a imprensa escrita levou a autora a acreditar nas possibilidades históricas de jornais, escritos e divulgados no interior do Ceará e responsável pela disseminação do pensamento da Igreja católica naquele tempo, bem como das novas ideias civilizatórias trazidas pelos ventos da modernidade. Desta forma, a autora percebeu a circulação destes jornais como uma prática educativa intencional, “cujo intuito era formar mulheres obedientes e disciplinadas em um contexto de mudanças nas relações sociais”. Assim, trabalhou com o conceito de educação não-formal intencional, visto que os jornais serviam como “instrumento de orientação de formação das futuras professoras e senhoras” considerando essa atividade como uma prática educativa com intenção implícita e relações pedagógicas.

Concluindo o livro, Heloísa Helena Pimenta Rocha demonstra como a circulação de ideias, consideradas práticas educativas não-formais, surgidas no seio das sociedades acabam transitando para e na escolarização. O texto “Como cultivar a “Flor Humana?: O exemplo que vem da vizinha Argentina” trabalhou com a obra *La flor humana*. Nas palavras da autora: “Uma mulher, um homem, um livro, projetos de formação de mulheres e intercâmbios entre dois países vizinhos são os fios de que se tecem os episódios narrados neste artigo”.

Para a autora, interessa indagar, de modo mais específico, os possíveis efeitos da interlocução da educadora sanitária com a obra do médico argentino, no delineamento e implementação das propostas modernizadoras de intervenção no campo da saúde

pública, que tiveram lugar em São Paulo, no contexto da reforma sanitária implementada em 1925, que passou à história como Reforma Paula Souza. Com este texto, circulamos entre práticas educativas não escolares e transitamos para a educação escolar.

### *Referências*

BALLALAI, Roberto (1983). “Educação Formal e Educação Não-Formal: momento de síntese.” *Em Aberto*, ano 2, nº 18, Brasília, pp. 1-10, ago/nov.

BRUNNER, Reinhard (1994). *Dicionário de Pedagogia e psicologia educacional – Brunner, Zeltner*. Petrópolis: Vozes.

CONTRERAS, Roland N. Pinto (1983). “Os Programas de Educação Não-Formal como parte integrante do processo de educação e de organização popular.” *Em Aberto*, ano 2, nº 18, Brasília, pp.25-55, ago/nov.

GOHN, M. G. (2008). “Educação não formal e o educador social.” *Revista de Ciências da Educação*, ano X, nº 19, 2º semestre, Unisal, Americana, pp. 121-140.

MOURA, Eliana e ZUCHETTI, Dinora Tereza (2006). “Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social.” *Educação Unisinos*, pp. 228-236, set/dez.